



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO - RPPS

Processo TC	
Poder	EXECUTIVO
Município	Cândido Rodrigues
Entidade	INSTITUTO DE PREV. DO MUN. DE CÂNDIDO RODRIGUES
Período	06/2020
Unidade Fiscalizadora	
Responsável	Victor Fernando Mussio
Cargo	GESTOR
CPF	432.791.878-42
Período de Gestão	13/07/2017 a 31/12/2020; 01/01/2020 a 31/12/2020
Responsável	Elessandra Patricia Monte Marcon
Cargo	GESTOR
CPF	252.763.278-58
Período de Gestão	01/01/2019 a 31/12/2029

Em atendimento ao disposto nas Instruções vigentes e na Ordem de Serviço atualmente em vigor, temos a informar que este documento exhibe as análises relativas especificamente aos RPPS, conforme seguem.

RPPS

1 - Assunto de Fiscalização: Avaliação das Receitas Previstas e Arrecadadas do RPPS

1.1 - Contribuição Patronal

Receita Prevista	R\$ 674.135,65
Receita Arrecadada	R\$ 675.870,90
Variação	-0,26%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.2 - Contribuição dos Servidores (Ativos, Inativos e Pensionistas)

Receita Prevista	R\$ 3.842.554,90
Receita Arrecadada	R\$ 266.651,58
Varição	93,06%
Percentual limite	10,00%

Alerte-se o RPPS pela obrigação na cobrança dos valores e a Prefeitura pela responsabilização na gestão dos recursos municipais, que no mês em análise foi apurada diferença entre o valor previsto e o recebido pelo RPPS relativos à Contribuição dos Servidores (Ativos, Inativos e Pensionistas), podendo revelar o descumprimento ao art. 24, § 1º, II, da Orientação Normativa MPS nº 02, de 31 de março de 2009 e prejuízo ao disposto no art. 5º, I, "b", da Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008.

1.3 - Parcelamentos

Receita Prevista	R\$ 27.726,76
Receita Arrecadada	R\$ 27.749,51
Varição	-0,08%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.4 - Aporte para Equacionamento do Déficit Atuarial

Receita Prevista	R\$ 0,00
Receita Arrecadada	R\$ 0,00
Varição	0,00%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.5 - Aporte para Cobertura de Insuficiência Financeira

Receita Prevista	R\$ 0,00
Receita Arrecadada	R\$ 0,00

Varição	0,00%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

1.6 - Compensação Previdenciária

Receita Prevista	R\$ 0,00
Receita Arrecadada	R\$ 0,00
Varição	0,00%
Percentual limite	10,00%

A Receita Arrecadada apresenta comportamento adequado em relação ao que foi estabelecido como Receita Prevista para o período em análise, de forma que não se faz necessário a emissão alerta ao jurisdicionado.

2 - Assunto de Fiscalização: Avaliação da Rentabilidade e Evolução dos Investimentos do RPPS

2.1 - Confronto entre a rentabilidade da carteira e a meta atuarial

Rentabilidade da carteira acumulada até o trimestre	-0,32%
Data da última avaliação atuarial	31/12/2018
Meta de rentabilidade constante da última avaliação atuarial sem inflação	3,25%
Inflação acumulada até o trimestre	1,32%
Meta de rentabilidade proporcional até o trimestre	0,00%
Varição	110,88%
Percentual Limite	5,00%

Alerte-se o RPPS e a Prefeitura pela responsabilização na gestão dos recursos previdenciários municipais, considerando a meta de rentabilidade proporcional até o trimestre em análise, que a rentabilidade da carteira de investimentos do RPPS ficou aquém do previsto. Esta análise pode demonstrar tendência ao descumprimento da meta atuarial ao final do exercício, em prejuízo do equilíbrio atuarial determinado na legislação de regência (art 40 da Constituição Federal, art. 69 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 1º da Lei

Federal 9.717/1998) e possível desatendimento ao art. 1º, parágrafo 1º, incisos I e IV, da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Data da Geração: 04/09/2020
Hora da Geração: 20:02:37